

LEVANTAMENTO DE GOVERNANÇA PÚBLICA

O levantamento de governança pública nacional foi realizado pelo TCU, em coordenação com o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), e mais 28 tribunais de contas de estados/municípios.

O QUE É GOVERNANÇA PÚBLICA?

“Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (RBG - Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, TCU, 2014, p. 14).

O QUE ENCONTRAMOS?

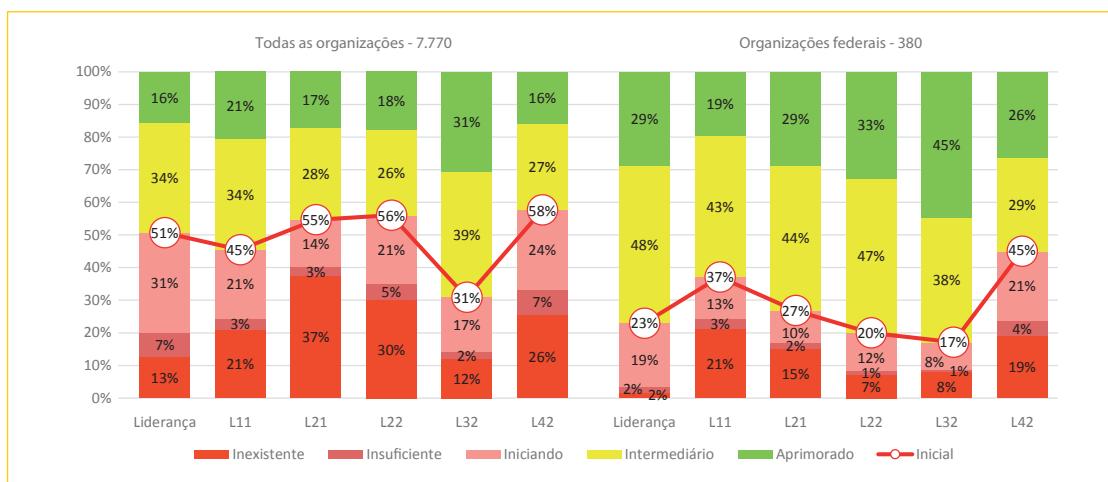


Figura 1 - Capacidade em Liderança

Segundo as respostas declaradas e o método de análise utilizado, pode-se afirmar que 51% de todas as organizações estariam em estágio de capacidade inicial em Liderança (Figura 1). Esse resultado sugere baixo nível de capacidade da maioria das organizações em gerir por competências, em estabelecer mecanismos que reforcem princípios éticos, e em garantir o balanceamento de poder e a segregação de funções críticas, todos com respeito à alta administração e aos conselhos ou colegiados superiores. Considerando apenas as organizações federais, o percentual é de 23%.

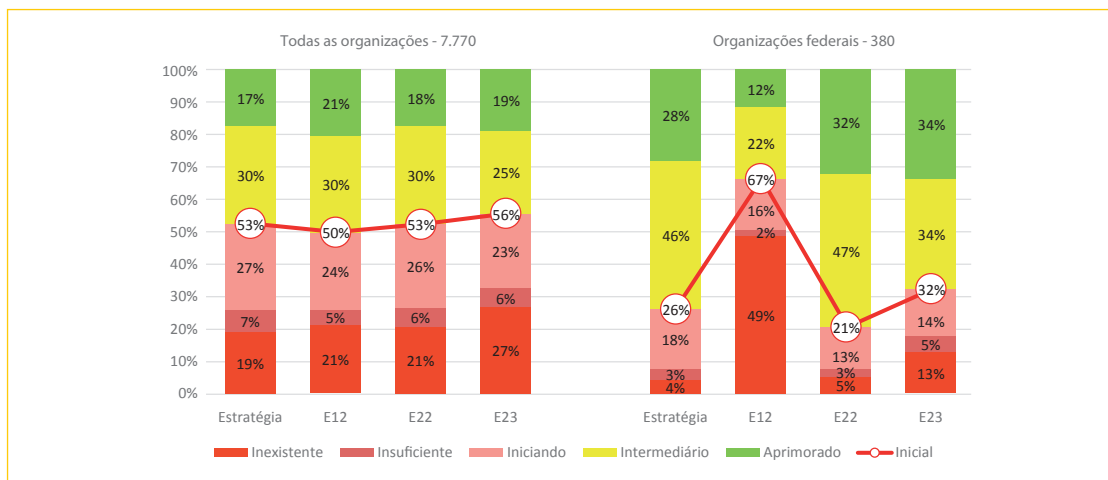


Figura 2 - Capacidade em Estratégia

Pode-se afirmar que 53% de todas as organizações estariam em estágio de capacidade inicial em Estratégia (Figura 2). Esse resultado reflete o baixo nível de capacidade da maioria das organizações em

executar um processo de planejamento estratégico, em promover a participação social na governança da organização, e em monitorar e avaliar o desempenho organizacional.

Considerando apenas as organizações federais, destaca-se o alto percentual de organizações (67%) no estágio inicial de capacidade na prática E12 - Promover a participação social, com envolvimento dos usuários, da sociedade e das demais partes interessadas na governança da organização. Esse resultado sugere uma baixa capacidade da esfera federal em envolver a sociedade civil em seus processos de tomada de decisão.

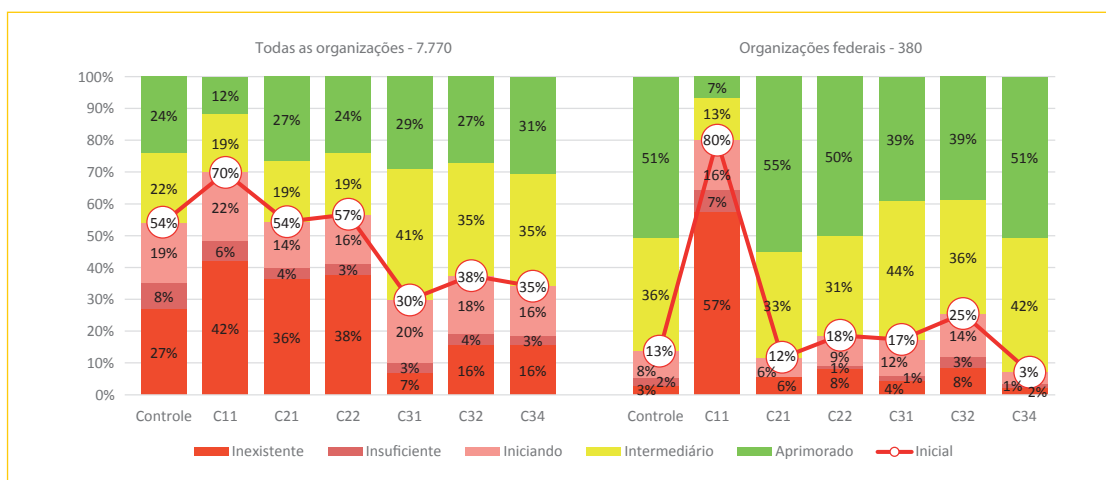


Figura 3- Capacidade em Controle

Pode-se afirmar que 54% de todas as organizações estariam em estágio de capacidade inicial em Controle (Figura 3). Esse resultado reflete, em geral, o baixo nível de capacidade da maioria das organizações em estabelecer uma estrutura de auditoria interna e de gestão de riscos adequada, em exercer as atribuições com transparência e em garantir a responsabilização e a prestação de contas.

Destaca-se o alto percentual de organizações (70% no geral e 80% das federais) que estão no estágio inicial de capacidade na prática C11 – Gestão de Riscos. Esse resultado sugere uma baixa capacidade do Estado em gerenciar seus riscos.

O QUE CONCLUÍMOS?

Os resultados deste levantamento apontam diversas oportunidades de melhoria para a governança na administração pública federal. De fato, os resultados obtidos nesse trabalho revelaram deficiências em praticamente todos os controles e práticas sugeridos no modelo de autoavaliação, o que pode estar impactando o desempenho do governo na condução das políticas públicas existentes e no planejamento de novas ações governamentais.

O QUE O TCU DECIDIU?

Acórdão 1.273/2015-TCU – Plenário

Relator: Ministro Augusto Nardes

TC nº 020.830/2014-9

9.3. recomendar à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (em articulação com a Casa Civil da Presidência da República, com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com a Controladoria Geral da União) que, com fulcro no art. 24-B, da Lei 10.683/2012, elabore plano de longo prazo com objetivo de fortalecer a governança nas organizações públicas de todas as esferas, com vistas ao desenvolvimento nacional.